

CRIME. E O CASTIGO?

A LAVA JATO NUNCA ATRAVESSOU MOMENTOS TÃO DIFÍCEIS. MAS A FORÇA-TAREFA TENTA CONTRA-ATACAR E REORGANIZAR SEUS APOIADORES

por ANDRÉ BARROCAL

Um réu negro acaba de ser condenado por roubo a 14 anos de prisão por uma juíza, Inês Marchalek Zarpelon, que escreveu na sentença: “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”. A togada que julga pela cor da pele é de uma vara perto de Curitiba. Uma conterrânea tem se afligido com um assunto judicial. Dias atrás, a deputada federal Joice Hasselmann, de Ponta Grossa, propôs a colegas de Câmara criar uma “bancada em defesa da Lava Jato”. A operação, diz uma carta distribuída por ela, “está sofrendo um de seus maiores ataques” e inspira “um levante” por uma CPI que atingiria mais

dois paranaenses, o ex-juiz Sérgio Moro, de Maringá, e o chefe da força-tarefa de procuradores da Lava Jato, Deltan Dallagnol, de Pato Branco.

Fossem Moro e Dallagnol negros e estivessem diante de Inês Zarpelon, dá para imaginar a sentença por terem trocado a lei pelo lema “os fins justificam os meios”. Como anotou Joice Hasselmann, a Lava Jato é alvo de um cerco. Na linha de frente, o procurador-geral

**RENAN CALHEIROS:
MORO É A
“CLOROQUINA”
DA POLÍTICA**

da República escolhido por Jair Bolsonaro, Augusto Aras, e uma ala do Supremo Tribunal Federal. Na retaguarda, a fazer figa e guerrilha, o PT, o PSDB, o Centrão. A classe política, em suma. Não é certo, porém, que basta para enterrar o “lavajatismo”, ainda popular na mídia, em setores políticos e togados, e para castigar Dallagnol e Moro. O primeiro, em apuros no Conselho Nacional do Ministério Público. O segundo, no Supremo, uma ameaça a sonhos presidenciais.

Para se safar no conselho, o procurador chegado a uma palestra remunerada apelou ao tribunal, que, em 2019, considerou ilegal sua tentativa de controlar uma fundação bilionária montada com grana da Petrobras. O bedel do





MP marcou para o dia 18 o julgamento de dois processos contra o chefe teórico da Lava Jato – na prática, quem mandava era Moro, conforme conversas secretas reveladas desde 2019. Um dos processos pede a retirada de Dallagnol da força-tarefa. O outro, suspensão do MP por 45 dias. O pato-branquense foi ao Supremo tentar impedir o julgamento. Até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 13, não havia decisão do juiz do caso, Celso de Mello.

O afastamento de Dallagnol da força-tarefa foi requerida em outubro de 2019 pela senadora Katia Abreu, do PP de Tocantins. Para a ruralista, ele usa o cargo a fim de se promover e lucrar com palestras. O pedido está com o conselheiro Luiz Fernando Bandeira de

Dallagnol corre o risco de ser afastado do comando da força-tarefa. A suspeição de Moro, que levaria à anulação das sentenças de Lula, está na fila dos julgamentos no STF



Mello Filho, secretário-geral da Mesa Diretora do Senado desde 2014. É um apadrinhado de Renan Calheiros, do MDB de Alagoas, presidente da Casa de 2013 a 2017 e o proponente da outra tentativa de punir Dallagnol em julgamento agendado para o dia 18.

Calheiros acionou o conselho em março de 2019, contrariado com a atuação de Dallagnol na eleição para o comando do Senado um mês antes. O procurador liderou uma campanha lavajatista, nas redes sociais, contra a candidatura do alagoano. O então corregedor do conselho, Orlando Rochadel, ex-chefe dos promotores em Sergipe, entendeu que Dallagnol violou a Lei Orgânica do Ministério Público, mas optou por abrir um processo que o

ADRIANA SPACA/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP E NELSON ALMEIDA/AFP



REPORTAGEM DE CAPA

punisse com censura escrita. Calheiros queria mais: afastar Dallagnol preventivamente do MP. Em dezembro, o plenário do conselho manteve a posição de Rochadel. E entregou o processo a Otávio Luiz Rodrigues, um professor de Direito indicado na vaga que cabe aos deputados.

Dallagnol foi interrogado em 31 de julho. Calheiros, dia 27. Informações de Bandeira animam o senador. Segundo o emedebista, a Lava Jato cometeu abusos e agiu com objetivos políticos. Moro, segundo ele, “é a cloroquina da política brasileira”, “sujou completamente sua biografia” ao contribuir para a eleição de Bolsonaro e participar do governo. Dallagnol e Moro precisam ser punidos, na visão do senador, para servir de lição ao lavajatismo.

O procurador coleciona reclamações no conselho, mas nunca se deu mal. Um dos casos mais famosos logo prescreve. É uma queixa dos advogados de Lula por causa daquele PowerPoint usado na apresentação da primeira denúncia criminal contra o petista, em setembro de 2016. O limite para uma decisão é 13 de setembro. O julgamento foi adiado 40 vezes. Dos dez conselheiros, cinco votaram contra Dallagnol e mais dois precisam fazê-lo, para haver punição. Enquanto isso, o pato-branquense se dá bem no Judiciário. Na sexta-feira 7, o juiz Flávio Antônio da Cruz, da 11ª Vara Federal de Curitiba, condenou a União a pagar 59 mil reais de indenização a Dallagnol por ataques verbais de Gilmar Mendes, do Supremo.

E Moro? Após deixar o Ministério da Justiça, em abril, concedeu entrevistas à mídia estrangeira, como os jornais *La Nación*, *Financial Times* e *El Comercio*, do Peru. Tornou-se colunista da revista online *Crusoe*, porta-voz do lavajatismo. Vai começar a dar aulas em uma universidade em Brasília. Queria



Augusto Aras, procurador-geral da República, investe contra o lavajatismo. Bolsonaro, beneficiado eleitoralmente pela operação, agora torce pelo seu fim

advogar, mas em junho a Comissão de Ética Pública impôs-lhe quarentena de seis meses, para ele não usar informações obtidas na passagem pelo governo. Passagem, aliás, sobre a qual a esposa, Rosângela, escreve um livro. Moro não pode chorar, porém. De quarentena, recebe o salário de ministro, 30 mil reais por mês.

Por não ser mais juiz desde novembro de 2018, o maringense não

está mais ao alcance de castigos no Conselho Nacional de Justiça, o fiscal da toga. A ameaça a ele é outra: de imagem e legado. A guilhotina pende-lhe sobre o pescoço na forma de um *habeas corpus* ajuizado no Supremo dias antes de deixar a magistratura. A defesa de Lula alega que ele foi parcial em processos do ex-presidente. Se a alegação for aceita, o petista poderá anular a condenação dada por Moro em 2017 no caso do triplex do Guarujá (9 anos), a do caso do sítio de Atibaia em 2019 (12 anos), da lavra da substituta temporária de Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt, e zerar



um processo por vantagens indevidas da Odebrecht, desde fevereiro à espera de uma decisão pelo atual titular da vara, Luiz Antônio Bonat.

Moro foi parcial? Uma obra lançada neste mês com textos de 38 juristas, organizados por um ex-promotor gaúcho, Lênio Streck, e um advogado paulista, Marco Aurélio de Carvalho, vai ao ponto logo no título: *O Livro das Suspeições – O que fazer quando sabemos que sabemos que Moro era parcial e suspeito?*. “O que veio a público com as reportagens do Intercept Brasil”, diz um dos artigos, de autoria de Streck, “é nada mais que aquilo que já vinha denunciando há muito, trazido às claras por um modo não ortodoxo. O que ficou claro é que a Força-Tarefa da Lava Jato, sob o pretexto da luta contra a corrupção, trocou o Direito pela Política”.

As conversas secretas de Moro, Dallagnol e cia. foram divulgadas pelo Intercept a partir de junho de 2019, oito meses após o *habeas corpus*. O que se viu foi Moro no papel de acusador, como se integrasse o time de Dallagnol, na verdade o chefe, não no de juiz que deve ouvir o acusadores e advogados de defesa, antes de julgar. Em dezembro de 2015, escreveu a Dallagnol que sabia de uma

A PRETEXTO DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO, A LAVA JATO TROCOU O DIREITO PELA POLÍTICA

fonte interessada em prejudicar Lula. Em fevereiro de 2016, a dupla conversou sobre “notas malucas” do PT contra a Lava Jato. “Deveríamos rebater oficialmente? Ou pela Ajufe?”, perguntou Moro, em alusão à associação dos juízes federais. Seis meses depois, dirigiu-se a Dallagnol: “Não é muito tempo sem operação?”. Resposta: “Depende de articulação com os americanos”.

Segundo conversas reveladas no mês passado, o FBI, a Polícia Federal dos Estados Unidos, era uma espécie de membro informal da força-tarefa de Curitiba e sabia tudo das apurações sobre a Odebrecht, que selaria um acordo nos EUA a delatar políticos sul-americanos. Em agosto de 2016, por exemplo, a força-tarefa pediu apoio do FBI ou de *hackers* indicados pelo órgão

para quebrar a senha dos sistemas eletrônicos criados pela empreiteira para gerenciar propinas. A parceria à margem da lei, fora dos canais oficiais de Brasília e Washington, inquietava o então chefe da área internacional da Procuradoria-Geral da República, Vladimir Aras. “Delta, como já conversamos, essa investigação dos americanos realmente me preocupa”, escreveu a Dallagnol em outubro de 2015.

Havia colaboração à margem da lei também no Brasil, conforme revelação de 10 de agosto do Intercept. No início de 2016, a força-tarefa de Curitiba recebeu de procuradores de Brasília, por baixo dos panos, um material de investigações sobre um possível *lobby* de Lula no exterior em favor de obras da Odebrecht financiadas pelo BNDES. Eram apurações sigilosas e só podiam ser compartilhadas com aval judicial. “Talvez pudéssemos dar uma ‘olhadinha’ antes”, escreveu o procurador Roberson Pozzobon a colegas de Curitiba em 7 de fevereiro de 2016. “Não vamos deixar transparecer que tivemos acesso, porque já teve briga na PRDF (Procuradoria no Distrito Federal) por conta de acesso a esses autos”, anotou o colega Paulo Roberto Galvão, em 20 de fevereiro de 2016.

As conversas secretas não podem ser usadas como provas contra Moro no Supremo, pois seria validar a ação criminosa de *hackers*, mas a corte conseguirá fingir que não leu nada a respeito? A decisão de 4 de agosto do STF de que Moro agiu politicamente e quis interferir na campanha de 2018 ao divulgar, seis dias antes da eleição, uma delação premiada do ex-ministro petista Antônio Palocci, trouxe pistas de que o ex-juiz corre risco real de derrota no HC lulista.

Na turma de cinco togados que examinará sua parcialidade, dois acham que ele foi, Mendes e Ricardo



Luiz Fux, próximo presidente do Supremo, veste a camisa da Lava Jato. Gilmar Mendes tornou-se um crítico feroz da “República de Curitiba”. A corte tem a oportunidade de se redimir

BRUNO BATISTA/VP. ROSINEI COUTINHO/STF E CARLOS MOURA/STF



REPORTAGEM DE CAPA

Lewandowski, embora ainda não tenham votado formalmente, e dois ficaram a favor do ex-juiz, em dezembro de 2018, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Há chance de a mineira recuar. E dúvidas quanto a Celso de Mello, o quinto do grupo. Em 2013, ele considerou Moro parcial no caso de um doleiro. Mello aposenta-se em novembro. Se a decisão ocorrer depois disso e antes de sua vaga ser preenchida, um empate de 2 a 2 daria vitória a Lula. Segundo os adeptos da Lava Jato, a operação inteira iria por água abaixo, com a anulação de sentenças de Moro. Uma hipótese que a defesa do ex-presidente rebate, com o argumento de que só Lula seria beneficiado.

De um jeito ou de outro, seria uma fratura na imagem de Moro e em eventuais aspirações eleitorais. Uma pesquisa feita entre os dias 3 e 5 pelo PoderData mostrou-o com 10% das intenções de voto para presidente, atrás de Bolsonaro (38%) e Fernando Haddad (14%). E que é o rival mais difícil para o ex-capitão em um segundo turno, ambos com 41%. “Moro, se for candidato, e acho que ele está começando a se preparar para isso, certamente será um candidato forte”, disse recentemente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que se recusa a criar uma CPI da Lava Jato, pavor de Joice Hasselmann, proposta pela oposição em 2019 e cobrada pelo PT agora.

Diante do potencial eleitoral de Moro, não surpreende a gana do “PGR de estimação” do presidente contra a Lava Jato, nem uma declaração recente do senador Flávio Bolsonaro: “Considero que pontualmente algumas pessoas ali têm interesse político ou financeiro”. Quem mandou a operação abusar, pecar? Agora aguenta. O “lavajatismo”, tem dito Augusto Aras, é uma “hipertrofia” e “há de passar”. Segundo ele, que por tempos

O LAVAJATISMO, DIZ AUGUSTO ARAS, É UMA HIPERTROFIA E HÁ DE PASSAR

atuou como advogado, acabaram o “Ministério Público punitivista” e a “espetacularização”. Em vez de esperar por crimes e depois ir atrás de culpados, afirma, o MP precisar agir de forma preventiva, para impedi-los. Por exemplo, acompanhar obras públicas desde a licitação. E nada de fazer política, nem de se dobrar à mídia. “Não temerei a opinião publicada”, diz o procurador-geral, o MP não pode ter “medo de ser atacado pela imprensa.”

É uma visão oposta àquela que guiou Moro. Em um texto de 2004 intitulado “Considerações sobre a operação Mani Pulite”, a Mãos Limpas italiana dos anos 1990, o maringaense teorizava que, contra a corrupção, era preciso ir ao limite dos poderes de juizes e procuradores e condenar antes na mídia, para desmoralizar os réus. “Houve indubitavelmente excessos antigarantistas, como o abuso de prisão preventiva e o excessivo papel desempenhado pelo delator”, disse em julho, à *Folha*, o jurista italiano Luigi Ferrajoli, de 79 anos, pai do “garantismo”. Mas nada comparável, prosseguiu Ferrajoli, ao que ocorreu com Lula. O petista esteve com ele em Roma em fevereiro. No dia seguinte, seu advogado, Cristiano Zanin, esteve em Milão com um juiz da Mãos Limpas, Gherardo Colombo, hoje no Supremo italiano.

No fim de julho, Aras participou de um debate na *web* com Streck e Carvalho, os organizadores do livro sobre a suspeição de Moro, e enfureceu as forças-tarefas da Lava Jato em Curitiba, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quer



acabar com elas, por ver uma ação entre amigos que acoberta abusos e jeitinhos. Ele abriu consulta para procuradores interessados em participar delas e assim desmontar a panelinha. Isso se vier a renová-las. A de Curitiba termina em setembro. O procurador-geral gostaria de concentrar apurações anticorrupção em uma unidade em Brasília. O Conselho Superior do Ministério Público teria de aprovar. Com a posse de quatro conselheiros na segunda-feira 10, Aras perdeu a maioria. O lavajatismo segue vivo ali.

E não aceita passivamente o próprio enterro. *Vide* o apelo de Joice na Câmara. Ou o apoio da bancada “Muda Senado” a Dallagnol contra punições. Ou a revogação, no início de agosto, por



O Ministério Público e a Polícia Federal, enfim, incomodam os tucanos, mas ainda terão de provar que próceres do PSDB, como Geraldo Alckmin e José Serra, não são inimputáveis



MAURÍCIO LIMA/AFP E NEWTON MENEZES/FUTURAPRESS/FOLHAPRESS

Edson Fachin, o juiz da Lava Jato no Supremo, de uma liminar de julho do presidente da corte, Dias Toffoli. Este mandara as forças-tarefas entregarem a Aras cópia de seus acervos. O procurador-geral havia pedido em maio e ouvido um não. Segundo ele, em Curitiba, há 50 mil documentos secretos, graças a uma portaria de 2017, assinada pelo então PGR Rodrigo Janot e recém-abolida. A decisão de Fachin é retroativa. O que Aras recebeu tem de ser devolvido ou não pode ser usado, até julgamento final no plenário do Supremo.

Em setembro, Toffoli será substituído no comando do STF por Luiz Fux, do time lavajata. Uma pena para os tucanos, enfim na mira. A força-tarefa paulista da Lava Jato denunciou em julho o senador José Serra por lavagem de dinheiro no exterior, e a Justiça em São Paulo tornou-o réu. Uma liminar de Toffoli breçou tudo. Serra acaba de ser alvo de buscas em casa, em um inquérito sobre caixa 2 na eleição de 2014, mas Toffoli proibiu a Polícia Federal de vasculhar seu gabinete no Senado. A propósito: o ex-governador Geraldo Alckmin foi denunciado pela mesma força-tarefa, também em julho, por caixa 2 e corrupção nas campanhas de 2010 e 2014 e teve bens bloqueados.

A força-tarefa no Rio pediu a prisão, e conseguiu em caráter temporário, de Alexandre Baldy, um dos secretários estaduais do governador João Dória Jr., outro do PSDB. E viu na quarta-feira 12 a homologação judicial de uma delação negociada com o rei dos doleiros, Dario Messer, de ligações antigas com o tucanato. Será que sobrarão para um lavajata de Curitiba? Diálogos de Messer com a namorada, em agosto de 2018, mostram o doleiro a afirmar que pagava propina ao procurador Januário Paludo, da força-tarefa de Dallagnol.

Ah, esses moralistas sem moral... •

